

Apoio



ANO 11 Nº 8
Agosto de 2002

Carta de Conjuntura FEE

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Secretaria da Coordenação e Planejamento
FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA
Siegfried Emanuel Heuser

O RS e o Censo de Capitais Estrangeiros

O Censo de Capitais Estrangeiros 2001 (data-base 2000), realizado pelo Banco Central, abrangeu 11.404 declarantes no País. Abarcaram-se as instituições receptoras de investimentos estrangeiros e as captadoras de créditos externos, além das detentoras de participação estrangeira indireta em seu capital, estabelecendo-se, como condição para inclusão no levantamento, que não-residentes tivessem 20% de participação (direta ou indireta) no capital total, ou 10% das ações, ou quotas com direito a voto. São consideradas “não-residentes” as entidades com domicílio ou sede no Exterior, incluídas multilaterais, governamentais ou privadas, e aquelas com mais de uma nacionalidade, mesmo que a brasileira seja uma delas.

Através dos resultados disponíveis para o Estado, constata-se que o endividamento geral dos declarantes era de R\$ 18,8 bilhões, sendo R\$ 7,2 bilhões para com os residentes e R\$ 7,6 bilhões para com os não-residentes (não considerando os itens denominados outros passivos). Convertidos pelo dólar vigente ao final do ano 2000 (R\$ 1,9554), a dívida com os não-residentes atingiu a cifra de, aproximadamente, US\$ 3,9 bilhões, correspondendo a 1,65% da dívida externa total do País à época (US\$ 236,2 bilhões).

Os juros totais pagos totalizaram R\$ 672 milhões, e 39% desse total (R\$ 262 milhões) foram pagos a não-residentes. Para o Brasil, o total de juros alcançou R\$ 31,9 bilhões, e 44% (R\$ 14,1 bilhões) corresponderam a juros pagos a não-residentes. Quanto aos lucros/dividendos pagos, o total para o RS foi de R\$ 528 milhões, e 46% desse valor (R\$ 241 milhões) foram pagos a não-residentes. Para o Brasil, o total pago foi de R\$ 12,1 bilhões, dos quais 50% (R\$ 6,0 bilhões) couberam aos não-residentes. O total de *royalties* pagos pelos declarantes do Estado foi de R\$ 5,6 milhões, dos quais 99,8% para não-residentes. No Brasil, essa rubrica totalizou R\$ 1,6 bilhão, dos quais 93% couberam aos não-residentes.

O número de empregados, no conjunto de declarantes localizados no Rio Grande do Sul, foi de, aproximadamente, 98 mil pessoas na média anual. Desse total, em torno de 78 mil localizavam-se em empresas com participação estrangeira majoritária. A relação entre o capital social integralizado e o número de trabalhadores, no Estado, foi pouco superior a R\$ 145 mil por empregado. Para os declarantes de participação majoritária, essa relação foi de R\$ 141

mil. No Brasil, essas razões atingiam R\$ 206 mil e R\$ 203 mil respectivamente. Esses menores patamares observados para o Rio Grande do Sul indicam uma maior intensidade de mão-de-obra nos estabelecimentos declarantes do Estado.

Merecem destaque os resultados que envolvem o comércio externo. No Estado, os declarantes tiveram um saldo de US\$ 694 milhões (exportações de US\$ 2,011 bilhões e importações de US\$ 1,317 bilhão). Essas exportações correspondem a, aproximadamente, 35% do total das vendas externas do RS no ano 2000, as quais alcançaram US\$ 5,780 bilhões. No País, o saldo comercial dos declarantes foi de US\$ 1,697 bilhão (exportações de US\$ 33,250 bilhões e importações de US\$ 31,553 bilhões). No agregado nacional, a participação do capital estrangeiro no total das exportações é bem mais elevada, atingindo pouco mais de 60% das vendas ao Exterior, as quais totalizaram, naquele ano, US\$ 55,086 bilhões. Constata-se, portanto, que, em contraste com o comportamento da economia do País, a maior parte das exportações gaúchas é composta de produtos oriundos de empresas nacionais.

Alguns resultados do Censo de Capitais Estrangeiros
no RS e no Brasil — 2000

DISCRIMINAÇÃO	RS	BRASIL
Exportações (US\$ milhões FOB)	2 011	33 250
Importações (US\$ milhões FOB)	1 317	31 553
Juros pagos (R\$ milhões)	672	31 943
Lucros/dividendos pagos (R\$ milhões) ..	528	12 142
<i>Royalties</i> pagos (R\$ milhões)	5,6	1 588
Endividamento geral (R\$ milhões)	18 789	656 876

FONTE: Bacen.

Teresinha Bello (FEE/NERI)

Azares climáticos e a competitividade da lavoura sul-rio-grandense

Em 2002, a produção gaúcha de soja, milho, arroz, trigo e feijão caiu, em conjunto, cerca de 3,4 milhões de toneladas em relação a 2001, uma das piores quebras de safra registradas desde 1990. O comportamento do agregado das produções dessas lavouras mostra que perdas de safra no Estado são freqüentes e podem ser intensas, pois, de 1990 para cá, aconteceram seis vezes, com intervalos de um a dois anos, e chegaram a rebaixar o volume global dos grãos em mais de 40%. Elas se associam estreitamente a fatores climáticos adversos, que incidem fortemente sobre a produtividade física das linhas de produção do setor.

A marcha acelerada da produção de grãos nos cerrados brasileiros, tal como vem ocorrendo, vai aumentar dramaticamente a competição no mercado doméstico. Nessas frentes de expansão da lavoura, o clima dominante — traduzido em temperaturas amenas e pouco variáveis e em um regime de chuvas bem definido no ano — tem sido apontado como um fator explicativo importante da maior estabilidade da produção regional. No contexto, torna-se vital para a agricultura gaúcha colocar-se na vanguarda da incor-

poração dos avanços tecnológicos, de modo a compensar restrições climáticas e, mesmo, reduzir seus impactos negativos sobre o setor.

Variação anual da produtividade física das principais lavouras do RS em anos selecionados do período 1990-02 (%)

ANOS	ARROZ	FEIJÃO	MILHO	SOJA	TRIGO
1990/91	3,5	-30,5	-52,6	-60,3	-6,5
1992/93	-0,6	-9,6	-4,1	0,4	-17,4
1993/94	-14,4	10,9	4,4	-13,3	-5,0
1995/96	-0,9	-36,8	-31,2	-12,6	38,6
1998/99	31,8	22,2	-18,2	-28,4	28,1
2001/02	-2,9	-6,8	-24,7	-27,5	2,7

FONTE: IBGE.

Maria D. Benetti (FEE/NEA)

Evolução da coleta de lixo nos domicílios do Brasil e dos estados da Região Sul

A coleta de lixo nos domicílios é uma das ações de saneamento básico, junto com a distribuição de água potável e coleta e tratamento de esgoto. Essa atribuição é dos municípios, sendo os serviços prestados pela própria prefeitura ou terceirizados.

A partir dos dados dos Censos de 1991 e 2000, observa-se um crescimento nas taxas de atendimento de domicílios, tanto para o Brasil como para os três estados do Sul. O Rio Grande do Sul apresentou as maiores taxas de atendimento comparativamente ao Brasil e aos três estados, sendo de 70,2% em 1991 e de 84,1% em 2000. Por sua vez, as taxas de atendimento nos estados da

Região Sul são maiores que a média nacional nos dois períodos. Merece atenção o fato de que o acréscimo no número de domicílios atendidos com coleta de lixo foi maior que o crescimento vegetativo do número de domicílios nesse período, sendo de 59,7% e 29,0% no Brasil e 46,3% e 22,2% no Rio Grande do Sul.


Os dados aqui apresentados referem-se apenas à coleta de lixo, não implicando, portanto, destinos adequados do lixo, em que se destacam as atividades da coleta seletiva e a reciclagem/compostagem de resíduos. O aterro sanitário é o destino mais econômico para os demais tipos de lixo não passíveis de reaproveitamento.

Número de domicílios e taxa de atendimento da coleta de lixo no Brasil e na Região Sul — 1991 e 2000

DISCRIMINAÇÃO	1991		2000	
	Número de Domicílios	Atendimento (%)	Número de Domicílios	Atendimento (%)
Brasil	34 734 715	63,8	44 795 101	79,0
Paraná	2 083 625	66,7	2 664 276	83,2
Santa Catarina	1 121 521	64,0	1 498 742	83,0
Rio Grande do Sul	2 489 254	70,2	3 042 039	84,1


FONTE: IBGE.

Cláudio Dias Barbieri (FEE/NIS)



crédito assistido
Apoio Técnico e Crédito para Pequenas Empresas e Negócios

Você não precisa ser grande para ter crédito e acompanhamento técnico.



BaniRSul
Melhor porque é nosso

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

ECONOMIA BRASILEIRA

Variáveis macroeconômicas selecionadas — dez./92-jun./02

MESES E ANOS	TAXAS ANUAIS DE CRESCI- MENTO DO PIB (1) (IBGE)	TAXA DE INVESTIMENTO (2) (% do PIB) (IPEA)	TAXA MÉDIA DE DESEMPREGO ABERTO (3) (% da PEA) (IBGE)	TAXAS ANUAIS DE VARIAÇÃO DO ÍNDICE DE PREÇOS (4) (IPCA/IBGE)	TAXAS BÁSICAS DE JUROS AO ANO (%) (Bacen)	TAXA EFETIVA DE CÂMBIO (5) (Funcex)		SALÁRIOS REAIS NA INDÚSTRIA (IBGE)		BASE MONETÁRIA (saldo em R\$ milhões correntes) (Bacen)
						Índice (base fixa ago./94 = 100)	Taxa de Variação (4)	Índice (base jan./01 = 100)	Taxa de Variação (4)	
Dez./92	-0,6	18,1	4,5	124,8	-8,2	99,6	-7,2	...
Dez./93	4,9	18,5	4,4	2 477,7	...	112,9	-9,5	107,6	-1,3	...
Dez./94	5,9	21,3	3,4	916,5	56,4	88,6	-21,5	115,7	0,8	17 265
Dez./95	4,2	19,3	4,4	22,4	38,9	99,8	12,6	127,6	-0,4	20 746
Dez./96	2,7	20,9	3,8	10,1	23,0	98,6	-1,2	127,2	0,2	20 106
Dez./97	3,3	22,1	4,8	5,2	40,9	93,7	-5,4	132,8	0,8	32 283
Dez./98	0,1	20,6	6,3	1,7	39,4	99,1	5,8	131,3	-0,5	39 285
Dez./99	0,8	19,0	6,3	8,9	19,0	115,8	16,9	125,4	0,1	45 407
Jun./00	3,1	19,3	7,4	6,5	17,5	110,7	-11,5	126,5	-0,2	37 924
Jul./00	-	-	7,2	7,1	16,5	107,0	-14,5	125,4	-0,9	37 141
Ago./00	-	-	7,1	7,9	16,5	103,7	-20,4	124,9	-0,4	37 855
Set./00	4,3	19,9	6,7	7,8	16,5	104,1	-19,6	124,5	-0,3	38 060
Out./00	-	-	6,8	6,7	16,5	105,5	-20,1	125,3	0,6	39 299
Nov./00	-	-	6,2	6,0	16,5	109,1	-12,0	127,4	1,7	40 006
Dez./00	4,4	19,8	4,8	6,0	15,8	109,6	-5,4	126,1	-1,1	46 304
Jan./01	-	-	5,7	6,0	15,8	111,0	-1,6	100,0	-20,7	46 459
Fev./01	-	-	5,7	6,3	15,8	112,2	1,8	96,0	-4,0	44 300
Mar./01	4,1	21,5	6,5	6,4	16,3	114,4	5,7	97,1	1,1	43 306
Abr./01	-	-	6,5	6,6	16,3	117,9	7,8	97,1	-0,1	43 543
Mai/01	-	-	6,9	7,0	16,8	124,9	12,2	97,5	0,5	43 636
Jun./01	3,6	20,7	6,4	7,3	18,3	125,0	12,9	98,3	0,8	43 936
Jul./01	-	-	6,2	7,1	19,0	126,2	17,9	100,3	2,0	45 004
Ago./01	-	-	6,2	6,4	19,0	128,8	24,2	98,8	-1,4	45 010
Set./01	2,6	20,1	6,2	6,5	19,0	137,1	31,7	97,9	-0,9	45 133
Out./01	-	-	6,6	7,2	19,0	135,6	28,5	97,7	-0,2	45 430
Nov./01	-	-	6,4	7,6	19,1	123,5	13,2	110,7	13,3	45 587
Dez./01	1,5	-	5,6	7,7	18,8	114,1	4,1	139,3	25,8	52 846
Jan./02	-	-	6,8	7,6	-	109,6	-1,3	106,7	-23,4	52 298
Fev./02	-	-	7,0	7,5	18,5	106,7	-4,9	102,4	-4,0	50 056
Mar./02	0,3	-	7,1	7,7	18,5	103,0	-10,0	102,8	0,4	49 371
Abr./02	-	-	7,6	8,0	18,5	100,8	-14,5	104,1	1,3	48 598
Mai/02	-	-	7,7	7,8	18,5	107,3	-14,1	105,2	1,0	49 265
Jun./02	-	19,0	7,5	7,7	18,0	-	-	-	-	50 577

(continua)

ECONOMIA BRASILEIRA

Variáveis macroeconômicas selecionadas — dez./92-jun./02

MESES E ANOS	NECESSIDADES PRIMÁRIAS DE FINANCIAMENTO DO SETOR PÚBLICO (6) (% do PIB) (Bacen)	DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL DO SETOR PÚBLICO (% do PIB) (Bacen)	INDÚSTRIA				SETOR EXTERNO						
			Índice da Produção Física (base 1991 = 100) (IBGE)	Taxas de Crescimento (IBGE)		Utilização da Capacidade Instalada (%) (IBRE)	Taxas de Crescimento (Secex)		% do PIB (Bacen)			Reservas Externas (conceito de liquidez internacional) (US\$ milhões) (Bacen)	Dívida Externa Total (US\$ milhões correntes)
				Produção física (7)	Produtividade física da indústria (8)		Exportações (1)	Importações (1)	Transações correntes (6)	Investimentos diretos (6)	Transações correntes não cobertas por investimentos diretos		
Dez./92	89,52	-3,7	-	(9)69,0	13,4	-2,3	1,57	23 754	...
Dez./93	97,13	7,5	-	(9)72,0	8,1	25,1	-0,14	32 211	...
Dez./94	-5,09	28,5	114,32	7,6	-	(9)77,0	12,3	28,7	-0,31	38 806	...
Dez./95	-0,35	29,9	100,71	1,8	-	(9)83,0	6,8	51,1	-2,55	51 840	...
Dez./96	0,09	33,3	108,88	1,7	-	(9)79,0	2,7	6,7	-2,98	1,28	1,70	60 110	...
Dez./97	0,98	34,5	105,37	3,9	-	(9)81,0	11,0	15,1	-4,16	2,13	2,03	52 173	199 998
Dez./98	-0,01	42,6	102,90	-2,0	-	-	-3,5	-6,2	-4,34	3,37	0,97	44 556	241 777
Dez./99	-3,13	49,7	111,73	-0,7	-	-	-6,1	-14,9	-4,80	5,40	-0,60	36 342	241 468
Jun./00	-3,59	46,5	128,05	6,8	-	-	8,6	-1,7	-4,27	5,12	-0,85	28 265	232 288
Jul./00	-3,18	49,5	130,37	6,9	-	82,8	12,5	2,5	-4,18	5,30	-1,12	29 214	232 812
Ago./00	-3,53	48,6	136,29	7,0	-	-	14,5	4,7	-4,05	5,21	-1,16	31 385	232 440
Set./00	-3,33	48,5	129,23	6,6	-	-	16,5	8,6	-4,06	5,00	-0,94	31 431	232 387
Out./00	-3,25	49,0	136,32	6,7	-	84,1	16,5	11,3	-4,19	4,95	-0,76	30 393	231 575
Nov./00	-3,63	49,7	130,62	6,6	-	-	16,5	12,7	-4,19	5,57	-1,38	32 533	231 526
Dez./00	-3,56	49,3	120,29	6,6	-	-	14,7	13,8	-4,15	5,52	-1,37	33 011	236 157
Jan./01	-3,62	48,9	119,05	12,0	0,2	82,1	15,8	17,3	-4,42	5,33	-0,91	35 598	238 298
Fev./01	-3,54	49,6	114,90	6,8	-1,3	-	13,7	14,8	-4,57	5,27	-0,70	35 413	238 230
Mar./01	-3,53	50,2	130,35	7,3	9,2	-	13,6	15,4	-4,74	5,30	-0,56	34 407	220 560
Abr./01	-3,90	50,4	122,50	7,0	-5,9	83,9	13,6	15,9	-4,68	5,48	-0,80	34 653	...
Mai/01	-3,79	51,9	132,89	6,5	6,9	-	12,7	15,9	-4,84	5,62	-0,78	35 459	...
Jun./01	-3,91	51,3	126,74	5,2	-2,5	-	11,9	15,9	-4,85	5,29	-0,43	37 318	224 025
Jul./01	-4,05	52,8	132,23	4,6	3,5	80,9	9,9	13,9	-5,06	4,88	0,17	35 552	224 411
Ago./01	-3,78	54,0	136,07	3,9	2,5	-	7,8	11,2	-5,07	4,76	0,31	36 299	226 818
Set./01	-3,80	54,8	127,25	3,3	-5,4	-	6,8	8,0	-5,02	4,82	0,19	40 054	232 442
Out./01	-3,95	54,4	132,07	2,6	2,1	79,9	6,8	5,8	-4,89	4,74	0,14	37 492	230 000
Nov./01	-3,68	53,1	128,25	2,2	-1,7	-	6,0	5,0	-4,77	4,12	0,65	37 234	228 603
Dez./01	-3,67	53,3	112,38	1,5	-10,6	-	5,5	1,6	-4,61	4,50	0,12	35 866	226 036
Jan./02	-3,64	55,1	117,57	-1,3	6,4	79,5	2,4	-3,1	-4,36	4,40	-0,04	36 167	225 582
Fev./02	-3,61	54,7	113,38	-1,3	-1,2	-	1,8	-4,1	-4,21	4,36	-0,15	35 906	225 348
Mar./02	-3,33	54,6	125,47	-2,2	6,5	-	-1,1	-8,8	-3,88	4,40	-0,52	36 721	226 950
Abr./02	-3,37	54,6	129,87	-0,1	3,2	79,1	-2,0	-9,8	-3,77	4,36	-0,59	33 008	220 746
Mai/02	-3,28	55,9	131,72	-0,3	0,1	-	-4,1	-13,1	-3,68	4,22	-0,54	32 889	-
Jun./02	-3,41	58,6	-	-	-	-	-6,1	-15,6	-3,50	4,28	-0,78	41 999	-

FONTE: IPEA. IBGE. Bacen. DIEESE. FGV. IBRE. Macrométrica.

(1) Variação percentual do fluxo dos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores. (2) Taxa de investimento no trimestre (preços 1990). Taxa obtida a partir da relação entre as séries de índices reais (base fixa, dessazonalizado) da formação bruta de capital fixo e do PIB. (3) Pessoas que procuraram trabalho de maneira efetiva nos últimos sete dias anteriores ao da entrevista e não exerceram nenhum trabalho. (4) Variação percentual em relação ao mês anterior. (5) R\$/cesta de 13 moedas: EUA, Canadá, Japão, ALADI (Argentina, Uruguai, Paraguai, Chile e México) e Europa (Alemanha, França, Itália, Holanda e Suíça). (6) Valor dos últimos 12 meses. (7) Variação percentual da média dos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores. (8) Variação percentual em relação ao mês anterior. (9) Refere-se ao mês seguinte.

Carta de Conjuntura - Ano 11 nº 8

ECONOMIA DO RS

Variáveis selecionadas — mar./00-ago./02

MESES E ANOS	PIB (1)	PRODUÇÃO FÍSICA NA INDÚSTRIA (2)			ICMS (R\$ milhões)				ÍNDICES DE PREÇOS	
		Base Fixa (5)	Mês (6)	Acumulado no Ano (7)	Industrial	Comércio Atacadista	Comércio Varejista	Total	IEPE (8)	CUB (9)
Mar./00	-	157,01	109,30	113,79	219,5	99,3	42,4	409,2	109,51	493,24
Abr./00	-	146,31	103,07	110,75	239,6	103,6	43,2	437,3	109,71	499,53
Mai/00	-	158,38	112,46	111,12	205,1	93,9	46,6	399,4	109,93	491,85
Jun./00	-	152,98	106,80	110,33	243,1	95,3	50,6	448,3	109,97	491,02
Jul./00	-	153,48	109,18	110,16	237,4	98,5	52,3	446,5	111,83	504,90
Ago./00	-	157,72	113,16	110,55	239,2	101,7	55,3	456,0	113,84	509,16
Set./00	-	139,85	103,53	109,76	270,7	103,3	53,8	493,3	114,02	510,35
Out./00	-	151,27	106,96	109,47	289,6	68,4	49,3	475,7	114,51	519,58
Nov./00	-	147,95	107,69	109,30	319,6	72,9	48,2	508,4	115,11	518,65
Dez./00	4,1	128,62	101,38	108,67	307,1	75,2	47,0	497,3	115,39	519,24
Jan./01	-	129,12	107,99	107,99	336,7	70,1	99,4	571,2	117,19	520,81
Fev./01	-	127,40	97,31	102,41	298,7	72,4	59,1	497,4	117,05	521,22
Mar./01	-	156,20	99,49	101,28	261,5	66,5	49,1	453,0	117,60	520,63
Abr./01	-	152,35	104,13	102,03	336,2	81,1	60,2	553,2	118,72	524,37
Mai/01	-	154,93	97,82	101,10	311,6	69,2	48,9	518,6	118,85	528,28
Jun./01	-	147,67	96,53	100,29	303,6	64,9	61,0	505,4	119,42	532,23
Jul./01	-	151,21	98,52	100,02	291,6	111,8	64,1	547,3	120,39	545,90
Ago./01	-	156,40	99,16	99,91	263,7	104,1	61,8	510,2	120,88	553,17
Set./01	-	134,30	96,03	99,50	310,0	112,7	62,3	566,8	120,67	557,48
Out./01	-	149,46	98,81	99,42	309,2	107,0	53,2	547,1	122,17	561,36
Nov./01	-	142,60	96,38	99,15	291,4	116,1	56,8	464,2	123,37	565,12
Dez./01	3,5	125,80	97,80	99,05	361,3	143,3	77,9	582,6	125,16	572,59
Jan./02	-	130,04	100,72	100,72	244,8	102,1	84,8	431,6	126,11	576,45
Fev./02	-	130,74	102,64	101,67	282,5	155,3	59,1	496,9	126,20	577,21
Mar./02	-	153,47	98,25	100,38	245,8	108,3	49,7	403,7	127,22	576,94
Abr./02	-	168,88	110,84	103,20	310,3	138,6	64,1	513,0	128,28	577,39
Mai/02	-	163,68	105,65	103,73	295,5	120,0	54,2	469,7	128,89	577,12
Jun./02	-	-	-	-	294,0	122,2	66,2	482,5	129,68	577,79
Jul./02	-	-	-	-	-	-	-	-	-	593,97
Ago./02	-	-	-	-	-	-	-	-	-	603,19

(continua)

ECONOMIA DO RS

Variáveis selecionadas — mar./00-ago./02

MESES E ANOS	SALDO DE ADMISSÕES E DESLIGAMENTOS COM CARTEIRA	DESEMPREGO NA RMPA		RENDIMENTOS NA RMPA (3)		CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA (4) (mwh)		EXPORTAÇÕES VALOR (US\$)	VARIÇÃO MENSAL DO NÚMERO DE INFORMAÇÕES DO SPC (%)	
		Taxa de Desemprego		Ocupados (10)	Assalariados (11)	Industrial	Total		Registro	Cancelamento
		Aberto	Total							
Mar./00	12 922	10,8	17,7	740	740	595 849	1 698 334	415 601	33,9	7,9
Abr./00	14 283	11,4	18,8	754	753	616 814	1 640 732	467 414	-10,5	10,2
Mai/00	2 625	11,5	18,4	772	766	651 664	1 623 447	472 396	20,8	10,1
Jun./00	639	11,3	17,8	783	770	635 844	1 578 796	573 501	-16,7	0,9
Jul./00	-475	11,2	16,8	793	766	638 838	1 602 501	604 322	2,0	-0,7
Ago./00	87	11,0	16,5	782	769	643 196	1 604 892	630 930	17,6	1,7
Set./00	6 440	10,6	16,2	768	758	632 876	1 583 907	498 411	-16,7	-4,4
Out./00	6 173	10,0	16,3	757	756	624 813	1 558 757	486 019	63,1	-13,6
Nov./00	8 689	9,6	15,9	752	747	623 480	1 580 276	487 985	-45,2	-1,2
Dez./00	-11 632	9,3	15,0	755	745	609 475	1 630 893	452 039	24,4	35,7
Jan./01	6 019	9,1	14,4	750	751	525 439	1 682 432	414 295	-27,9	-31,5
Fev./01	3 426	9,3	14,7	753	763	602 228	1 739 468	400 950	-17,6	-16,7
Mar./01	10 016	9,6	15,4	738	758	615 360	1 803 647	520 790	74,2	33,9
Abr./01	15 810	10,2	15,6	745	761	643 148	1 756 774	489 574	-2,2	-1,0
Mai/01	-5 421	10,2	15,4	732	738	618 173	1 602 540	638 054	-6,3	15,5
Jun./01	-1 372	10,0	15,0	735	735	653 234	1 579 597	632 236	-20,0	-11,7
Jul./01	-3 176	9,6	14,6	723	723	631 391	1 516 081	658 093	15,9	13,1
Ago./01	6 854	9,6	14,3	726	727	628 535	1 533 749	673 810	-10,8	-14,3
Set./01	7 532	9,8	14,5	742	749	607 149	1 510 227	569 020	-20,2	-20,7
Out./01	10 869	10,2	15,3	743	755	598 559	1 480 961	494 824	19,2	17,4
Nov./01	10 730	9,7	15,1	746	757	480 254	1 565 278	384 873	64,4	11,9
Dez./01	-10 978	9,2	14,8	731	734	586 626	1 570 998	468 839	-24,7	21,5
Jan./02	10 652	8,9	14,5	712	708	784 376	1 588 496	370 754	95,4	-25,4
Fev./02	6 150	9,2	15,0	713	716	593 381	1 717 735	372 940	-56,4	-17,7
Mar./02	9 401	9,9	15,8	719	731	588 580	1 694 484	401 451	216,4	16,0
Abr./02	13 097	10,4	15,7	732	749	625 105	1 701 398	455 825	-10,3	18,5
Mai/02	-6 787	10,7	16,0	736	744	646 439	1 642 984	561 499	-	-
Jun./02	-	10,7	15,9	-	-	678 973	1 637 050	568 815	-	-
Jul./02	-	-	-	-	-	652 067	1 567 947	-	-	-
Ago./02	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

FONTE: FEE. IBGE. MICT. PED-RMPA. Secretaria da Fazenda-RS. SPC. IEPE. SINDUSCON. Ministério do Trabalho e Emprego.

(1) Refere-se à taxa anual. (2) Pesquisa Industrial Mensal. (3) Inflator utilizado: IPC-IEPE; valores em reais de maio/01. (4) Refere-se à soma do consumo de energia elétrica divulgado pelas três principais operadoras do Estado (RGE, AES-SUL e CEEE). (5) Base: média de 1991 = 100. (6) Base: igual mês do ano anterior = 100. (7) Base: igual período do ano anterior = 100. (8) Base: abr./98 = 100. (9) Em R\$. (10) Exclusive os assalariados e os empregados domésticos assalariados que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os trabalhadores que ganham exclusivamente em espécie ou benefício. (11) Exclusive os assalariados que não tiveram remuneração no mês e os empregados domésticos.

Fumo impulsiona a indústria gaúcha

A produção física da indústria gaúcha cresceu, em maio de 2002 na comparação com maio de 2001, tanto em termos mensais (5,7%) como acumulados (3,7%), inserida numa trajetória de retomada do ritmo de crescimento da atividade industrial observada desde o início do ano, colocando, mais uma vez, o Rio Grande do Sul na liderança entre os 10 estados que participam da pesquisa do IBGE.

O extraordinário crescimento da produção do gênero fumo, devido aos avanços no beneficiamento do fumo em folha (a produção de cigarros, embora com maior valor agregado, é reduzida), foi um dos responsáveis por esse desempenho favorável, mostrando, novamente, a importância da agroindústria na matriz industrial do Estado. Participando com 5,6% no PIB industrial do RS em 2001, conforme estimativas da FEE/NCS, a indústria do fumo tem no mercado internacional o seu principal elemento dinamizador — 70% da produção é exportada —, em virtude da boa qualidade e do preço competitivo do produto gaúcho. As exportações de fumo beneficiado cresceram 16,4% no primeiro semestre (as vendas externas totais do RS caíram 11,8%), direcionando-se, basicamente, para os Estados Unidos, a Europa e o Japão, tradicionais mercados do fumo processado no Estado.

As perspectivas para os próximos meses, entretanto, são de desaceleração na produção desse gênero, devido ao padrão de sazonalidade existente nessa atividade industrial, que já pode ser

observado pela retração de alguns dos indicadores da FIERGS: pessoal ocupado, horas trabalhadas na produção e, principalmente, compras totais.

Indicadores selecionados da indústria geral e da indústria do fumo no Rio Grande do Sul — maio/02 (%)

INDICADORES	MAIO/02 MAIO/01	JAN-MAIO/02 JAN-MAIO/01
Produção física (IBGE)		
Indústria geral	5,65	3,73
Fumo	19,93	40,21
Indicadores setoriais: fumo (FIERGS)		
Vendas totais	42,97	10,74
Compras totais	0,44	37,72
Horas trabalhadas na produção	15,91	22,05
Pessoal ocupado total	-19,65	-16,59
Exportações de fumo (MDIC/SECEX) (1)		
.....	19,10	16,36

FONTE: IBGE.

FIERGS/CIERGS.

MDIC/SECEX.

(1) Os dados de exportações referem-se aos meses de jun./01 e jun./02 e ao acumulado no primeiro semestre desses anos.

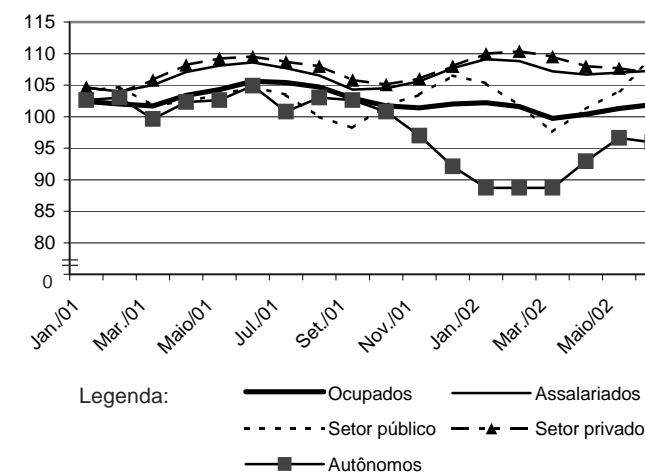
Silvia Horst Campos (FEE/NEI)

Desempenho desfavorável do mercado de trabalho no primeiro semestre

As informações da Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Porto Alegre evidenciam que o desempenho do mercado de trabalho se mostrou desfavorável no primeiro semestre de 2002, quando comparado com igual período de 2001. O nível de ocupação esteve abaixo daquele observado em idênticos meses do ano anterior, atingindo, em junho último, um total de 1.463 mil pessoas, 54 mil a menos do que o estimado para junho de 2001. O número de pessoas em situação de desemprego apresentou crescimento, tendo alcançado 277 mil em jun./02, frente aos 268 mil de jun./01. A taxa de desemprego total passou, nesse período, de 15,0% para 15,9% da PEA.

Segundo os principais setores econômicos, a redução da ocupação mostrou-se mais vigorosa na indústria de transformação e na construção civil, refletindo o baixo nível de atividade apresentado por esses setores no semestre. Considerando as formas de inserção no mercado de trabalho, destaca-se que o emprego assalariado no setor privado vem mantendo uma trajetória declinante desde março, tendo chegado, em jun./02, a um contingente de 778 mil pessoas, 19 mil a menos do que em igual mês do ano anterior. No setor público, a trajetória mostrou-se inversa, tendo ocorrido crescimento da ocupação desde abril, alcançando, em junho, um total de 186 mil pessoas, adicionando 8 mil indivíduos ao observado em igual mês de 2001. A maior redução no nível ocupacional, contudo, ocorreu no grupo dos autônomos, que experimentou uma redução de 24 mil indivíduos em seu contingente, evidenciando que esta não tem sido uma alternativa ao emprego assalariado em retração.

Índice do número de ocupados, por posição, na RMPA — 2001/02



FONTE: PED-RMPA.

Base: média de 2000 = 100.

Roberto da S. Wiltgen (FEE/CPED)

As fraudes corporativas e a poupança norte-americana

Como os norte-americanos podem ter confiança no mercado acionário e em seu país quando tudo parece ser uma grande fraude? Essa pergunta feita por um senador democrata no **Financial Times**, em 29 de julho, pareceria aos menos avisados completamente sem sentido até dezembro de 2001. Naquele mês, os problemas contábeis da maior empresa do setor de comércio de energia, a Enron, tornaram-se públicos, levando as famílias norte-americanas a se perguntarem sobre a sorte de sua poupança, cada vez mais ligada ao comportamento das Bolsas em um contexto de endividamento crescente.

Durante 2002, os casos de “contabilidade criativa” — que consistiam, na verdade, em diferentes formas de criação de falsas receitas, ao mesmo tempo em que escondiam o endividamento das empresas, alterando, assim, os lucros obtidos e suas perspectivas futuras, com influência imediata sobre o valor de mercado das ações — rapidamente se mostraram uma prática quase generalizada no mundo corporativo do país, atingindo empresas de uma ampla gama de setores, como a energia (Enron), as telecomunicações (WorldCom, Global Crossing, Tyco e Qwest), a mídia (Adelphia e Aol/TimeWarner) e a farmacêutica (Merck).

Assim, em julho de 2002, os executivos de 947 corporações norte-americanas estão sendo obrigados a confirmar a exatidão dos últimos registros contábeis de suas empresas junto à Securities and Exchange Commission (SEC), em uma tentativa de tranquilizar os investidores lesados em sua confiança. Ao mesmo tempo, a legislação sobre o tema está sendo abruptamente reforçada após duas décadas de desregulamentação contínua. Para complicar ainda mais as coisas, na medida em que avançam as investigações sobre essas fraudes, torna-se cada vez mais claro que elas somente puderam ser realizadas com a conivência e a participação ativa de consultorias, auditorias e bancos de investimento, funções que se encontram, muitas vezes, reunidas em uma única empresa financeira.

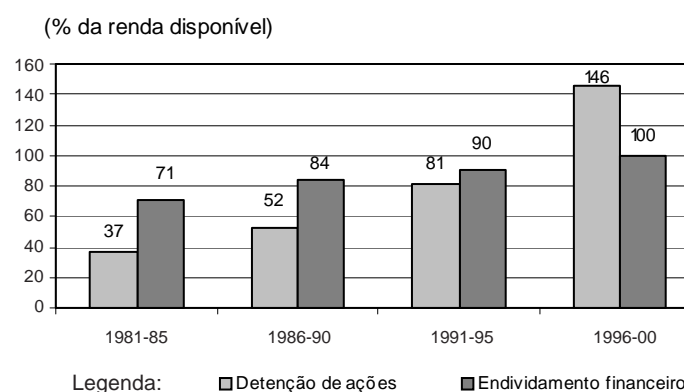
Em um contexto de concentração das decisões em mãos de poucos atores relevantes, o ambiente extremamente competitivo revelou-se um grande estímulo à fraude. A apresentação de um resultado aquém do consenso do “mercado” representava para os executivos um grande risco de demissão e, até mesmo, de execração pública na poderosa imprensa especializada, enquanto o desempenho acima da média era premiado com uma remuneração milionária em opções de ações — não contabilizadas como

despesas após 1994 —, as quais, acreditava-se, acoplariam os interesses dos executivos aos interesses dos acionistas.

A competência gerencial era exclusivamente medida pela capacidade de “criação de valor para o acionista” em curto prazo, distorções com esse objetivo sendo socialmente aceitas e estimuladas pela sociedade norte-americana ao longo das últimas duas décadas. Desse modo, o endividamento bancário das corporações para a recompra de ações, visando aumentar, artificialmente, os dividendos dos títulos que permaneciam no mercado, e as fusões de empresas com sentido de valorização acionária foram práticas correntes; no entanto, saudadas por todos os atores envolvidos em nome de duvidosas “sinergias” e “oportunidades”.

A fraude contábil constitui um recurso desesperado com o mesmo objetivo, em um momento no qual a facilidade de obtenção de novos créditos e de resultados “legítimos” foi minada pela retração no ritmo da atividade econômica e pela queda abrupta no preço das ações que representavam a “nova economia”. A quebra de confiança do público na governança corporativa voltada para os acionistas mostra os limites e os perigos de um comando exclusivamente financeiro das grandes corporações.

Investimentos em ações e endividamento financeiro das famílias norte-americanas — 1981-00



FONTE: International Monetary Fund (FMI).

André Scherer (FEE/NEI)

CARTA DE CONJUNTURA FEE (elaborada com informações até 06.08.02).

ISSN 1517-7254

A Carta de Conjuntura FEE é uma publicação mensal de responsabilidade dos editorialistas. As opiniões não exprimem um posicionamento oficial da FEE ou da Secretaria da Coordenação e Planejamento.

Tiragem: 2.400 exemplares.



Fundação de Economia e Estatística
 Siegfried Emanuel Heuser
 Presidente: José Antonio Fialho Alonso
 Diretor Técnico: Flávio B. Fligenspan
 Diretor Administrativo: Celso Anversa

Conselho Editorial da Carta: Flávio B. Fligenspan,
 Guilherme Xavier Sobrinho, Jorge da Silva Accurso e
 Roberto da Silva Wiltgen.

Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser
 Rua Duque de Caxias, 1691 - Porto Alegre - CEP 90010-283
 E-mail: conjuntura@fee.tche.br
 www.fee.tche.br

EDITORAÇÃO

Supervisão: Valesca Casa Nova Nonnig. Secretária: Luz Da Alva Moura da Silveira.

Revisão

Coordenação: Sidonia Therezinha Hahn Calvete. Revisores: Breno Camargo Serafini, Elisabeth Kurtz Marques, Rosa Maria Gomes da Fonseca, Roselane Vial e Susana Kerschner.

Editoria

Coordenação: Ezequiel Dias de Oliveira. Composição, diagramação e arte final: Cirei Pereira da Silveira, Denize Maria Maciel, Ieda Koch Leal, Jairo dos Santos Raymundo e Rejane Maria Lopes dos Santos. Conferência: Elisabeth Alende Lopes, Lenoir Buss e Rejane Schmitt Hübner. Impressão: Cassiano Osvaldo Machado Vargas, Luiz Carlos da Silva e Mauro Marcelino da Silva.